

História de vida: um imbricado teórico-metodológico para uma comunicação cidadã em Lagoas do Norte para quem?^[1]

“Life stories: a theoretical and methodological interwoven to a citizen communication in Lagoas do Norte para quem?”

SARAH FONTENELLE SANTOS

Instituição/Afiliação
 Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
 País Brasil
 Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Ppgem/UFRN). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).
 Educomunicadora popular pela Plataforma Ocorre Diário.

MARIA ANGELA PAVAN

Instituição/Afiliação
 Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
 País Brasil
 Professora Associada do Departamento de Comunicação Social e da Pós Graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
 maria.angela.pavan@ufrn.br.

LUAN MATHEUS DOS SANTOS SANTANA

Instituição/Afiliação
 Universidade Federal do Ceará (UFC)
 País Brasil
 Jornalista, doutorando em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFC (PPGCOM-UFC) e educador popular pela Plataforma Ocorre Diário.

KASSANDRA MERIELLI LOPES LIMA

Instituição/Afiliação
 Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
 País Brasil
 Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Ppgem/UFRN). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

RESUMO

Neste artigo, refletimos sobre a história de vida no imbricado teórico-metodológico do movimento Lagoas do Norte para Quem?, deslocando o olhar para saber quem são os moradores que lutam pelo corpo-território da Comunidade Boa Esperança, no Piauí. Para isso, percorremos o caminho de uma comunicação decolonial (VILLANUEVA, 2017), partindo da construção do conhecimento horizontal (BERKIN, 2019), com perspectivas na territorialização e ciência do comum (SODRÉ, 2002, 2006, 2015), atravessados pela história de vida (PINEAU; LE GRAND, 2012) e imersos em um direito à comunicação (HERRERA FLORES, 2009; GALLARDO, 2014). Na investigação, amparados pelas narrativas orais de histórias de vida (PERAZZO, 2015), nos dedicamos a estudar o site Museu da Boa Esperança.

Palavras-chave: História de vida; Cidadania; Direito à Comunicação.

ABSTRACT

In this work, we reflected about the life stories in a theoretical and methodological interwoven of the North Lagoons to whom? shifting the view to know who are the inhabitants which fight for the Comunidade Boa Esperança's (in Piauí, Brazil) body-territory. Thus, we followed a decolonial way of communication (VILLANUEVA, 2017), stemming from a construction of a horizontal knowledge (BERKIN, 2019), with perspectives in the territorialization and the science of the ordinary (SODRÉ, 2002, 2006, 2015), traversed by the life stories (PINEAU; LE GRAND, 2012) and immersed in a right to communication (HERRERA FLORES, 2009; GALLARDO, 2014). In the investigation, supported by the oral narratives of life stories (PERAZZO, 2015), we further examined the Boa Esperança Museum website.

Keywords: *Life story. Citizenship; Right to Communication.*

A CIDADE: O CORPO-TERRITÓRIO DAS HISTÓRIAS DE VIDA

A cidade, a quem será que se destina? Quem tem direito à cidade e à sua história? Nas proximidades do rio Parnaíba, na mesma avenida que sai do centro de Teresina (PI), onde ela deixa de ser a Avenida Maranhão e recebe o nome de Avenida Boa Esperança, há uma comunidade que resiste ao Programa Lagoas do Norte (PLN), chamada então de comunidade Boa Esperança. Financiado pelo Banco Mundial e executado pela Prefeitura Municipal de Teresina (PMT), o PLN é autointitulado como programa urbanístico e de melhoramento urbano, mas, no cotidiano, tem desterritorializado vidas.

O problema empírico deste artigo é um conflito territorial na cidade que, de um lado envolve atores sociais que apostam em um modelo de cidade excludente violadora de direitos; e de outro, há uma comunidade que resiste por uma cidade coletiva. Assim, é preciso afirmar que o PLN é um investimento milionário que, como aponta Rolnik (2019), aposta na guerra dos lugares e na colonização da terra e na moradia, mas encontra resistência na contra-escola das forças insurgentes.

A cidade colonizada pelas finanças, explode em insurgências, conflitos e violências. Mais uma vez trata-se de processos globais e ao mesmo tempo profundamente locais de disputa pelos territórios - a guerra dos lugares anunciada pelo título do livro, que simultaneamente questiona as políticas e prefigura outros mundos urbanos possíveis (ROLNIK, 2019, p. 16).

O conflito pela terra que envolve a comunidade da Boa Esperança denuncia o modo de produção capitalista na disputa pelos territórios na cidade. É válido afirmar que a localidade citada está a 10 minutos do centro da capital e experimentou o peso da gentrificação (RIBEIRO, 2018) e da especulação imobiliária. Apenas na primeira fase de implantação, o PLN deslocou mais de 500 famílias (TERESINA, 2014) de oleiros (pessoas que trabalham com o barro oriundo dos rios e das lagoas, entre artesãos e produtores de tijolos e telhas). Da diáspora interna na cidade, essas famílias migraram para locais periféricos e longe do acesso aos direitos sociais, tais como escolas, hospitais, entre outros.

Na segunda fase de implementação do programa, o PLN anunciava que precisaria remover pelo menos 1.500 famílias para a ampliação da avenida Boa Esperança (TERESINA, 2014). De lá para cá a comunidade vem resistindo contra as desapropriações.

Segundo Ribeiro (2018), as formas de gentrificação que têm acontecido na atualidade são transformações no espaço urbano, reestruturando-o urbanística e arquitetonicamente, e mudanças nos usos dos espaços, onde frequentadores habituais são substituídos por atores sociais com maior poder econômico. Um exemplo disso foi denunciado pelo Portal Ocorre Diário^[2], em janeiro de 2021, quando Seu Raimundo, vazanteiro de 77 anos e morador da Boa Esperança, teve, pela

segunda vez, seu terreno invadido por um grupo empresarial do ramo hoteleiro de Teresina.

A cena se repete globalmente, com marcas locais bem delineadas, tendo o poder público um papel preponderante na valorização dessas fatias dos espaços urbanos. Entendemos que essa prática se repete na comunidade Boa Esperança e no mundo de economia global controlado pela financeirização, onde a habitação vai perdendo seu viés de bem social e se transmuta em mercadoria e ativo financeiro (ROLNIK, 2019).

Nesse afã, Varão e Rego (2017) apontam que a implantação do PLN acarreta impactos socioambientais e violações de direitos humanos vivenciados pela comunidade. Segundo Rodrigues Neto e Lima (2018), a implantação do programa, no que tange à governança, os processos decisórios que consolidam a estruturação do PLN “[...] foram relativamente fechados, restritos ao governo municipal e ao BIRD” (RODRIGUES NETO; LIMA, 2018, p. 197).

A comunidade Boa Esperança está localizada no bairro no Bairro São Joaquim, um dos treze atingidos pelo PLN, da Zona Norte de Teresina (PI). Nesse território composto de muitas diásporas, sejam elas negras ou indígenas, as pessoas guardam modos de vida relacionados aos rios e às lagoas.

O que une pessoas na luta pelo presente é honrar o passado e a territorialidade como força viva em uma cidade regida pelas forças de desenvolvimento. Entendemos a territorialização como força que agrega e dá sentido à luta por direitos no contexto estudado. “A territorialização não se define como mero decalque da territorialidade animal, mas como força de apropriação exclusiva do espaço (resultante de um ordenamento simbólico), capaz de engendrar regimes de relacionamento, relações de proximidade e distância” (SODRÉ, 2002, p. 14).

Assim seguem organizando coletivamente e criando táticas como força de resistência. Resistem e existem desde seus modos ancestrais, desde suas histórias de vida, suas memórias coletivas e individuais que se fundem nas coletivas e narrativas individuais que fortalecem os processos coletivos. Segundo Certeau (2008), tática é um movimento dentro do campo de visão do inimigo e por ele controlado. É na cidade controlada pelas forças político-econômicas subservientes ao lucro que a comunidade Boa Esperança tece táticas de *re-existência* (PEREIRA, 2014), para as quais a vida não vale o lucro.

Os procedimentos desta arte se encontram nas regiões remotas do ser vivo, como se vencessem não apenas as divisões estratégicas das instituições históricas, mas também o corte instaurado pela própria instituição da consciência. Garantem continuidades formais e a permanência de uma memória sem linguagem, do fundo dos mares até as ruas de nossas megalópoles (CERTEAU, 2008, p. 104).

Dentre as táticas, destacam-se aquelas comunicativas e midiáticas, em que se disputam narrativas por um modelo de cidade inclusiva. Também há a construção de uma narrativa que aponta para o autorreconhecimento quilombola e o respeito aos primeiros habitantes da terra

brasilis, os povos originários, pois não escapam das vozes desse território o saber vivenciado de que o estado do Piauí é território indígena. Entre seus descendentes há de se honrar e reverenciar as conexões *afropindorâmicas* que caminham lado a lado em contracolônização (BISPO, 2015).

Quanto às táticas midiáticas e comunicativas que se apresentam no movimento Lagoas do Norte Pra Quem?, aponta-se um modo próprio, referente aos fazeres comunitários e a uma estética entre as artesanais digitais e a conexão ancestral que se instala no presente e aponta para o futuro. A comunidade constrói comunicação de muitas formas: danças-performances, instalações e exposições artísticas, exposições fotográficas em parcerias com artistas locais, redes sociais (tais como Facebook, Instagram e WhatsApp), boletim impresso, pichações e grafites nos muros de suas próprias casas, museu virtual e físico (itinerante e fixo), manutenção de uma editoria no site de comunicação popular Ocorre Diário.

A cidade pensada como um mosaico de histórias de vidas que se compõem em memórias coletivas e sociais, dá conta de dimensionar uma comunicação que interage e age em favor do direito à vida digna na cidade e advoga para que essas mesmas histórias e os modos de vida entrelaçados a elas não se decomponham. Estar em comunicação com a comunidade Boa Esperança é um constante entrelaçar, em que diversos saberes se chocam, colaboram, entram em conflito, mas que formam redes fortalecidas, em que tensões não são evitadas.

A comunidade Boa Esperança, deste modo, constrói pesquisa *confiada*, conversada e dialogada, em que a produção do conhecimento se faz de forma horizontal (BERKIN, 2019) e coletiva. Estar em comunidade e com ela desdobrar ações horizontais nos faz perceber caminhos possíveis, mais do que propriamente a busca por construções e elaborações teóricas. Como afirma Walsh (2013), são movimentos não lineares, mas serpentinos, “não ancorada na busca ou projeto de uma nova teoria crítica ou de mudança social, mas na construção de caminhos – de ser, pensar, olhar, ouvir, sentir e viver com um sentido ou horizonte de(s)colonial (s)” (WALSH, 2013, p. 24).

No fazer comunitário, as teorias se desdobram dentro dos percursos de vida, dentro de suas memórias, histórias, em que os conhecimentos não são engavetados, são parte de uma visão que vive e deixa viver. Uma pesquisa que se deixa atravessar e implicar na horizontalidade aceita que o curso do rio flua em possibilidades, atravessa obstáculos, mas que corre em direção ao seu caminho, em sua filosofia, corre ao mar, sem subalternizar-se em imposições metódicas, mas mapeando possibilidades coletivas.

HISTÓRIAS DE VIDA: O FIO NA TRAMA DA TEORIA E PRÁTICA DA PESQUISA

Nesta trajetória é possível identificar a construção da ciência do comum (SODRÉ, 2015), atravessada pelas vidas resistentes daqueles que reivindicam o corpo-território e o lugar como memória e identidade. Despontando na tentativa de reconhecimento de suas histórias de vida é que a comunidade Boa Esperança, em suas descendências quilombola e indígena, apresenta-se aqui como campo dessa tessitura para a prática de uma comunicação cidadã, no movimento Lagoas do Norte para Quem?. É exatamente sobre esse “quem” que nos debruçamos neste artigo. Sendo assim, a partir desse reconhecimento, pontuamos ser o caminho teórico-metodológico das histórias de vida o fio dessa trama.

As abordagens biográficas (história oral, biografia, autobiografia e história de vida) são relativamente recentes, com seu surgimento logo após a Primeira Guerra Mundial. Entre os primeiros trabalhos publicados está a obra clássica *The polish peasant in Europe and America*, de W. I. Thomas e P. Znaniecki (FERNANDES, 2010). Localizadas na historiografia contemporânea, as abordagens biográficas (SILVA et. al, 2007) focalizam as vidas comuns e os pequenos relatos de rua ou de bairro “sob os grandes relatos da televisão ou da publicidade” (CERTEAU, 2008, p. 201).

Em uma breve tentativa de sintetizar esse conhecimento teórico-metodológico, que tem aplicações nas Ciências Sociais e Humanas, alguns autores realizam distinções entre elas. Para Pineau (2006), há diferenças terminológicas nas abordagens, segundo os tipos de vida privilegiados, sendo: biografia (escritura de vida de outrem); autobiografia (escrita de sua própria vida); relato de vida (expressão do vivido pelo desdobrar narrativo, quer seja oral ou escrita); e história de vida (entrelaçada ao biográfico, autobiográfico e relato de vida, busca a construção de sentido temporal sem julgar os meios).

Pineau e Le Grand (2012, p. 15) adotam o termo *histórias de vida* em suas reflexões sobre as escritas biográficas, definida pelos pesquisadores como “busca e construção de sentido a partir de fatos temporais pessoais, envolve um processo de expressão da experiência”. Para eles, essa definição “alarga as fronteiras das escritas do eu” (PINEAU; LE GRAND, 2012, p. 15) para outras mídias, como fotografia, teatro, rádio, vídeo, cinema, televisão e internet.

Fernandes (2010, p. 19 *apud* QUEIROZ, 1988) discute as questões de nomenclatura da metodologia da abordagem biográfica em sociologia. História oral engloba tudo o que é narrado oralmente; a história de vida é o relato do informante sobre sua existência; depoimento, tudo aquilo que resulta uma história de vida; assim, história de vida, é tudo aquilo que o informante decide que vai relatar.

Na pesquisa em Comunicação, as abordagens biográficas encontram ecos em alguns estudos, dos quais destacamos os das professoras Martinez (2008, 2016) e Perazzo (2015).

Martinez (2016) traça aproximações e distanciamentos entre a história oral na Historiografia e na Comunicação, pontuando as noções de veracidade e autoria nas duas áreas.

Perazzo (2015) empreende um caminho semelhante, porém centra-se na análise das abordagens biográficas nas pesquisas em Comunicação. A pergunta que move a historiadora é: quais objetos ou fenômenos da Comunicação podem ser estudados tendo em vista a metodologia da história oral? Nesse intercâmbio entre história oral e história de vida, na pesquisa em comunicação, ela denomina esse método de narrativas orais de histórias de vida. Ele é traduzido como “um método que permite avançar para além da história e dos documentos oficiais. As narrativas orais contribuem de forma ampla para a vida social. O sujeito é colocado em cena e ao narrar se revela como protagonista de sua própria história e de seu lugar no mundo” (HELLER; PERAZZO, 2018, p. 134).

As histórias de vida são o nosso caminho, neste artigo, para compreendermos *quem* são esses atingidos por esse projeto higienista, financiado pelo Banco Mundial. Contudo, pontuamos que as histórias de vida, reunidas no site Museu da Boa Esperança^[3], expõem em sua metodologia um imbricado de técnicas, como a história oral e a entrevista. Não é nosso objetivo, inicialmente, delimitar as sujeições metodológicas aqui empreendidas, porém discutiremos como as histórias de vida da comunidade Boa Esperança, expressas no Museu da Boa Esperança, colaboram na construção de uma comunicação cidadã na resistência dessas histórias pequenas de um povo atravessado pela narrativa maior da cidade.

HISTÓRIAS DE VIDA: O FIO NA TRAMA DA TEORIA E PRÁTICA DA PESQUISA

Na perspectiva da comunicação como vocação humana (FREIRE, 1987), o direito de dizer a palavra, mais que uma construção jurídica ou política da comunicação, assume uma dimensão central de compreensão e condução dos processos sociais. A negação da *palavra* configura-se como um objeto colonizador de aprisionamento, invisibilização e subalternização dos povos e de seus modos de vida.

Partindo de uma compreensão de direito humano que rejeita a lógica eurocentrada e busca compreender suas implicações mais profundas e basilares, autores como Herrera Flores (2009), Gallardo (2014) e Carballido (2013) desenvolvem um pensamento crítico acerca dos direitos humanos, que extrapola os limites jurídicos e se materializa na mobilização dos povos por dignidade humana. “Embora positivados, os artigos constitucionais que tratam da Comunicação

são, muitas vezes, burlados na prática, de forma que os requisitos de diversidade, pluralidade, desconcentração, são sistematicamente violados” (GALLARDO, 2014, p. 24).

Para além das leis, a teoria crítica centra sua percepção das lutas dos sujeitos e grupos sociais subalternizados, portanto, daqueles que tiveram ou têm seus direitos básicos negados e negligenciados (HERRERA FLORES, 2009). Esta teoria deve ser compreendida desde a perspectiva de comunidades como a da Avenida Boa Esperança, onde suas histórias de vida se misturam com sua trajetória de luta histórica pelo direito à terra e à moradia. É nessa luta pela dignidade que se centraliza a compreensão do direito humano.

Na comunicação, essa compreensão se alinha às ideias de Lima (2015) e Guareschi (2013), e se materializa na necessidade de as pessoas dizerem sua palavra, expressarem sua opinião, manifestarem livremente seu pensamento (GUARESCHI, 2013, p. 23). A comunicação é, então, compreendida como essência do ser humano.

Ele faz parte do próprio ser humano. É um direito que o explicita, o desdobra, o multiplica e o complementa, plenificando-o como ser humano. Ser humano é comunicar-se. É uma dimensão intrínseca de seu ser. Todos os demais direitos, poder-se-ia dizer, têm como origem essa dimensão comunicativa do ser humano (GUARESCHI, 2013, p. 176).

Quando Paulo Freire introduziu a ideia de *dizer a palavra verdadeira ou dar nome ao mundo* como dimensão política do diálogo (LIMA, 2015), ele estava tecendo um caminho cujas bases se encontravam na essência de cada indivíduo e se materializavam nas relações políticas, sociais e de poder. Portanto, a ausência do diálogo pode também ser entendido como a negação de um direito e o estabelecimento de sistemas de opressão, que, ao longo da história, foram responsáveis por dividir o mundo entre quem tem e quem não tem direito a ter esse direito.

Frente a isso, as comunidades e grupos sociais subalternizados têm construído ao longo do tempo diversas iniciativas de resistência (no sentido da reação) e *re-existência* (no sentido da reconstrução). Afirmam e reafirmam suas existências por diversas ferramentas comunicacionais, guiadas pelas suas experiências cotidianas (BONDÍA, 2002), histórias, memórias e modos de vida.

No caso da Boa Esperança, suas histórias e modos de vida se entrelaçam nos métodos da comunicação popular (KAPLÚN, 1985), quer seja por meio de cartazes, faixas e pichações nos muros e paredes das casas da comunidade, quer seja pela internet, plataformas digitais e redes sociais. A *re-existência*, nesse último caso, também é digital, na medida em que busca construir espaços de visibilidade, reescrevendo suas histórias de vida por meio das plataformas digitais. Esse é o caso da estratégia comunicativa expressa no Museu da Boa Esperança, modalidade virtual da versão física, o Museu da Resistência da Boa Esperança.

Lembramos Pineau e Le Grand (2012), para retomar a ideia de histórias de vida como a “busca e construção de sentido a partir de fatos temporais pessoais”(PINEAU; LE GRAND, 2012,

p. 15). Portanto, a partir do momento que uma comunidade ou grupo social emergente luta por dignidade em seu território, desponta junto dele toda uma carga com o peso das experiências cotidianas.

As práticas da comunicação popular e comunitária (PERUZZO, 2009) desenvolvidas por comunidades como a da Avenida Boa Esperança confundem-se com as histórias de vida de seus moradores. O que se expressa enquanto ferramenta comunicativa é, portanto, a materialização das lutas e mobilizações por dignidade e sobrevivência. É a essência do que defendemos aqui por direito humano à comunicação, entrelaçado aos aspectos da experiência cotidiana (BONDÍA, 2002) e histórias de vida (PINEAU; LE GRAND, 2012).

AS HISTÓRIAS DE VIDA DA BOA ESPERANÇA

No mapeamento das práticas comunicacionais da comunidade Boa Esperança (PI), observamos como o uso do imbricado teórico-metodológico da história de vida pode evidenciar uma luta histórica pelo direito à terra e moradia, atravessado pelo direito à comunicação. Se para Pineau e Le Grand (2012), as “escritas do eu” evidenciam a expressão da experiência, Heller e Perazzo (2018), ao utilizar o método das narrativas orais de histórias de vida, nos inspiram a um caminho metodológico para as histórias de vida da comunidade Boa Esperança.

Diante de suas próprias experiências, os narradores, partícipes da história, podem definir o que é importante e o que é irrelevante na história dos municípios, na história local. O relato oral não é apenas histórico, mas também sociológico, antropológico e cultural. Baseia-se nessa forma fundamental de interação humana, que transcende as disciplinas (THOMPSON, 2006, p. 20 apud HELLER; PERAZZO, 2018, p. 139).

A história oral é definida por Caprino e Perazzo (2011, p. 123) como “um campo interdisciplinar e está baseada na interação humana, que contempla as narrativas dos indivíduos/sujeitos sociais”. Ainda segundo a autora, a história oral tem encontrado seus reflexos na pesquisa em Comunicação, principalmente “para os estudiosos que se preocupam em investigar as possibilidades da comunicação, ou as possibilidades comunicativas da cultura entre grupos ou pessoas, na atualidade” (CAPRINO; PERAZZO, 2011, p. 123).

Neste tópico pretendemos nos dedicar sobre os processos teórico-metodológicos pelos quais caminhamos por entre memórias, oralidade, histórias de vida e o fazer comunicativo esboçado em estratégias sensíveis (SODRÉ, 2006). Nos abrimos às possibilidades apresentadas numa relação

de confiança junto à comunidade, em que “as experiências sensíveis podem orientar-se por estratégias espontâneas de ajustamento e contato nas situações interativas, mas salvaguardando sempre para o indivíduo um lugar exterior aos atos puramente linguísticos, o lugar singularíssimo do afeto” (SODRÉ, 2006, p. 11).

As histórias de vida com as quais dialogamos nesse ínterim são resultado de oficinas realizadas com a comunidade, nas quais planejamos uma série de entrevistas para serem feitas entre as pessoas da comunidade. A proposta era de que sujeitos da comunidade pudessem entrevistar outras pessoas da comunidade.

É sob essa interação de fluxo contínuo que pretendemos dialogar, considerando a artesanaria intelectual em que cada pessoa, tanto na comunidade quanto na academia, é convidada à práxis, como afirma Mills (2019, p. 56, grifo nosso): “deixe que cada homem (**e mulher**) seja seu próprio metodologista; deixe que cada homem (**e mulher**) seja seu próprio teorizador; deixe que teoria e método se tornem parte da prática de um ofício”.

Nesse caminhar, a produção horizontal do conhecimento se faz presente, compreendendo que a ciência deve servir aos interesses comunitários e a eles devem estar alinhados. É salutar reverberar a seguinte problematização: “De que maneira podemos gerar novos conhecimentos para confrontar os problemas sociais que nos afligem?” (BERKIN, 2019, p. 12, tradução nossa). É precisamente com o intuito de responder a essa questão que os caminhos da pesquisa na perspectiva metodológica que apresentamos aqui reverbera outras possibilidades em seu agir, privilegiando as diversas vozes, discursos, linguagens e modos de ser, intermediando os diversos saberes, tendo como prática o diálogo.

Meu apelo tem a ver conhecer a partir do que é chamado produção horizontal do conhecimento (phc), ou seja, uma maneira de investigar a partir das vozes das diferentes disciplinas científicas em diálogo com as não acadêmicas e que pesam de forma diferente no conhecimento social (BERKIN, 2019, p. 12, tradução nossa).

Na produção horizontal, a objetividade vai dando lugar à intersubjetividade. E é nesse percurso de alinhar os diversos conhecimentos é que nos localizamos entre as memórias e histórias de vida da comunidade da Boa Esperança. No ímpeto de não abrir mão de suas moradias/casas – no mais amplo sentido que casa pode ter, como afirma Sodré (2002), cosmos que abrigam corpo e espírito –, essas pessoas vão fortalecendo suas identidades e histórias. Entendemos as memórias como uma construção (HALBWACHS, 1990). A memória coletiva não se faz coletiva como um passe de mágica; pelo contrário, atravessa diversos desafios. Por isso a memória é tão cara à comunidade Boa Esperança, que atravessou no tempo diversas tentativas de apagamento, invisibilização ou mesmo subalternização.

O site do Museu da Boa Esperança é um espaço virtual que permite reunir as práticas

comunicacionais da comunidade. Para este artigo, escolhemos a seção Histórias de Vida (como é possível ver na Foto 1). Entre as famílias que reivindicam o corpo-território, Seu Serapião, Dona Rosa e Raimundo Silva são as vozes dos pequenos relatos de rua entre os grandes relatos da cidade (CERTEAU, 2008). Em suas narrativas, não apenas históricas, mas sociais, antropológicas e culturais, não se busca a verdade, “uma vez que cada um vê o objeto a partir do seu lugar no mundo e constrói sua narrativa de forma seletiva, marcando sua trajetória de acordo com sua concepção de mundo e sua percepção de si mesmo” (CAPRINO; PERAZZO, 2011, p. 123).



FOTO 1: Printscreen da página do Museu Boa Esperança

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Mas o que as histórias de vida da comunidade Boa Esperança contam sobre o direito à cidade e à comunicação no contexto do movimento Lagoas do Norte para Quem? Em um vídeo de 4 minutos e 26 segundos publicado na seção Histórias de Vida do Museu da Boa Esperança, Seu Serapião, como é conhecido, conversa sentado em frente à sua casa, na comunidade. Na história contada, a história da sua vida, os traços de pertencimento ao corpo-território Boa Esperança e as memórias da água povoam sua narrativa. A geografia se mistura com uma espacialidade povoada pelo imaginário popular. “Daqui para aquele pé de manga acolá” (SEU SERAPIÃO, 2021) ou “da lagoa para lá ou da lagoa para cá” (SEU SERAPIÃO, 2021). Os pontos de localização não são os mesmos da *cidade-asfalto*, os logradouros não são conhecidos como aqueles catalogados pelos órgãos públicos.

Na memória da Boa Esperança, há uma água que flui entre as histórias de vida da comunidade. Temporalmente, existe o tempo da enchente: “Aí, quando chegou aquela enchente” (SEU SERAPIÃO, 2021), ou ainda, a força sobrenatural da água: “Ninguém mexia, mas a água mexeu” (SEU SERAPIÃO, 2021) ou “A água comeu todinho [o milho]” (SEU SERAPIÃO, 2021).

Como aqui é área de risco e lá não é? Como é que aqui enche d’água e lá não enche? Essa lagoa vai entrar no Parnaíba lá atrás. O rio nunca passou para cá, eu te falo com toda a sinceridade [...] Eu nem sei quando cheguei aqui, mas cheguei aqui no tempo que o Papa andou aqui. No tempo que o Papa andou aqui, eu já

estava nessa vacaria. Bem, aí eu fiz minha casa, para vir mais perto da vacaria. Aí quando chegou aquela enchente, eu fiz uma horta [...] daqui para aquele pé de manga acolá; a negada passava aqui e tinha cada melancia deste tamanho [faz o símbolo com os braços], apoiada na água. Ninguém mexia, mas a água mexeu. O milho que eu peguei aí nessa rota, eu peguei uma cesta de milho, foi o que apurei aí. A água comeu todinho, mas daí para cá não passou, e daqui para lá também não passou. [...] Rapaz, quando eu cheguei aqui só tinham dois moradores, era o tirador do leite, depois chegou para trabalhar aí dentro, chegou o Luiz, o Luiz morreu, chamava Luiz garapa. Chegou daquele lado ali, e eu não sei quem chegou. Aí começaram, gente para trabalhar, vendendo o terreno. E foram indo, foram indo. E terminou enchendo de gente aí. Da lagoa para cá e da lagoa para lá já tinha casa. [...] Lá naquele negócio bem acolá, era a casa da vacaria, onde tirava leite (SEU SERAPIÃO, 2021).

No trecho anterior da história de vida de Seu Serapião (2021), observamos que o Programa Lagoas do Norte (PLN), responsável pelo deslocamento das famílias da Boa Esperança para outras localidades, não se destina ao “quem” é Seu Serapião, um homem enraizado na espacialidade (HARVEY, 2015) do corpo-território da Boa Esperança. “Eu não sei quando cheguei aqui, mas cheguei no tempo que o Papa andou aqui” (SEU SERAPIÃO, 2021). O fato de ser um dos primeiros moradores da comunidade, ao lado do “tirador do leite” e de “Luiz garapa”, faz da história do local (HELLER; PERAZZO, 2018) a história de vida de Seu Serapião.

No questionamento “Como aqui é área de risco e lá não é?”, Seu Serapião destaca o controverso argumento da Prefeitura Municipal para desapropriar as famílias da Avenida Boa Esperança. Segundo o órgão municipal (TERESINA, 2014), as famílias devem ser retiradas, pois ali é área de risco e alagamento. No entanto, a poucos metros, do outro lado da rua, os empreendimentos da rede hoteleira não sofrem ameaça de desapropriação. Então, “Como aqui alaga e lá não” (SEU SERAPIÃO, 2021), estando tão perto? Esses questionamentos não são respondidos pela prefeitura, mas para os moradores, trata-se de uma especulação imobiliária, com a intenção de higienizar o local para receber as classes econômicas mais favorecidas, já que a região é considerada área nobre.

As histórias de vida e afeto de Dona Rosa, uma das mais velhas moradoras da comunidade, ativa na luta em defesa das moradias da Boa Esperança, são compostas de coco e azeite. Lembra ela que, naquela época, “aqui era tudo capim” (DONA ROSA, 2021). Ao ser interpelada por Luzia Lago, a pastora evangélica conhecida como irmã Luzia, sobre como eram as casas, Dona Rosa responde: “Aqui não tinha casa. Eu ia para a casa da cumadi Vitória pra nós quebrar coco pra tirar azeite” (DONA ROSA, 2021). Lembra também que na localidade havia uma vacaria. E a irmã Luzia rememora: “Evolui muito, né madrinha? Já faz parte da comunidade essa história. O contexto da comunidade como era antes, como vacaria, poucas casas e até a comunidade chegar hoje com a nossa luta. Praticamente uma vida de quilombo mesmo” (DONA ROSA, 2021).

Ao dizer “um quilombo mesmo”, irmã Luzia demarca a reivindicação comunitária que

se autorreconhece como quilombola e patrimônio da cidade de Teresina. A movimentação comunicativa em torno do fortalecimento de suas memórias e histórias de vida advoga também em defesa do presente, pois não admite abrir mão do território e de suas memórias para dar lugar a uma cidade cujo modelo de desenvolvimento é excludente e invisibilizador das existências. Nesse sentido, contar sua história é fazer uso do direito de dizer a palavra, em um contexto que descortina as vidas que, com seu suor, construíram a capital piauiense.

Somando-se a estas histórias, há um depoimento de Raimundo Silva, historiador e morador da comunidade, fundamental para entender a história local:

A comunidade está em processo de reconhecimento da comunidade quilombola. E é território de diversos povos e comunidades tradicionais. Povos de terreiros, vazanteiros, pescadores, ribeirinhos, rezadeiras, griôs e antigos vaqueiros. Pessoas que conhecem histórias da época de fundação da cidade [...] Nosso território vem sofrendo há anos com a especulação imobiliária da cidade em um projeto de urbanização que desapropria nossas famílias. Isso coloca em risco nossos conhecimentos tradicionais (RAIMUNDO SILVA, 2021).

Raimundo Silva é neto de um antigo vaqueiro da região, Ferreira de Sousa. Com sua avó, Davina, ganhou o gosto pela vazante, onde ambos ainda partilham trabalho, no fundo do seu quintal. É vazante porque em determinadas épocas do ano a água do rio sobe até pertinho dos fundos do quintal, em um fluxo de águas que ensina a hora de plantar, de cuidar e de colher. As águas e suas cheias são a solução para os vazanteiros, que respeitam a vida em seus diferentes ciclos naturais. Raimundo conhece todas as plantas ao longo da margem do rio e faz questão de mostrar a todos que ali chegam um angico branco, fruto do reflorestamento feito por seu avô quando ainda era vivo. Sua memória também é feita de angico e de folhas que curam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As histórias de vida dos moradores e moradoras da Avenida Boa Esperança são como um painel diverso que compõe um mosaico ainda mais complexo da cidade, são heranças históricas, mesmo sendo subjetivas, são também coletivas e socialmente determinadas. Sozinhas são importantes, mas quando se fiam, fortalecem ainda mais a luta pelo direito ao território. Ao buscar o vizinho, para ouvir e tecer tramas coletivas, o Museu da Boa Esperança também fortalece memórias que *reexistem* ao tempo e às investidas do capital.

Consideramos genuína a busca pelo direito de dizer a palavra, dos setores subalternizados

representados aqui pela comunidade Boa Esperança, pois através da contação dessas histórias, a palavra se fortalece, e a palavra é vida e expressão de ser no mundo. O direito humano à comunicação se faz não como um aparato técnico ou tecnológico rebuscado, mas por um caminho artesão que visa unir os elos dos tempos em histórias que fortalecem a cidade.

Salientamos também que o imbricado teórico-metodológico da história de vida na pesquisa em Comunicação é um modo de acessar o conhecimento horizontal (BERKIN, 2019) na construção da trama de uma ciência do comum (SODRÉ, 2015). Avançar nessa e em outras considerações sobre a história de vida neste campo nos parece ser um caminho frutífero de permear os pequenos relatos de rua sob as grandes narrativas da cidade (CERTEAU, 2008). Por isso, métodos como o das narrativas orais de histórias de vida (PERAZZO, 2015; HELLER; PERAZZO, 2018; CAPRINO; PERAZZO, 2011) podem contribuir sobremaneira nas pesquisas em Comunicação e Cidadania, como no caso deste artigo.

É longa a caminhada da comunidade Boa Esperança em defesa de suas moradias. Desde 2006, as donas de casas, vazanteiros, pescadores, povos de terreiro, brincantes do bumba meu boi, entre outras identidades tradicionais, resistem contra as desapropriações do Programa Lagoas do Norte (PLN). Ao resistir, a comunidade ensina a toda a cidade que casa, mais do que edificação, é história, memória, território, ou seja, é lugar onde se fortalece o espírito. Essas histórias que resistem bravamente comunicam modos de fazer e viver, que trazem esperança a tecidos urbanos tão empobrecidos.

É no conflito urbano que a comunicação popular e comunitária encontra sentidos, com um jeito próprio de ser e de fazer. Entendemos o Museu da Boa Esperança como uma dessas estratégias sensíveis de comunicação (SODRÉ, 2006) que contrariam o apagamento, reivindicando a fala e o direito de estar na cidade e dela se apropriar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERKIN, Sarah Corona. *Producción horizontal del conocimiento*. Guadalajara: CALAS, 2019.

BISPO, Antônio dos Santos. *Colonização, quilombo: modos e significações*. Brasília: UnB, 2015.

BONDÍA, Jorge Larrosa. *Notas sobre a experiência e o saber de experiência*. ANPEd, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, abr. 2002.

CAPRINO, Mônica; PERAZZO, Priscila. *História oral e estudos de comunicação e cultura*. Revista Famecos, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 801-815, set./dez. 2011..

- CARBALLIDO, Manuel Eugenio Gándara. *Repensando los derechos humanos desde las luchas*. Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Curitiba, v. 2, n. 24, p. 17-28, out. 2013.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- FERNANDES, Maria Ester. *História de vida: dos desafios de sua utilização*. Revista Hospitalidade, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 15-31, jul. 2010.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GALLARDO, Helio. *Teoria crítica: matrizes e possibilidades de direitos humanos*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- GUARESCHI, Pedrinho A. *O direito humano à comunicação: pela democratização da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARVEY, David. *Espaço como palavra-chave*. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 35, v. 13, p. 126-152, jan./jun. 2015.
- HELLER, Barbara; PERAZZO, Priscila. *Histórias fragmentadas nas memórias do ABC Paulista*. Triade, Sorocaba, v. 6, n. 11, p. 124-140, maio 2018.
- HERRERA FLORES, Joaquín. *A reinvenção dos direitos humanos*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.
- KAPLÚN, Mário. *El comunicador popular*. Quito: Ediciones CIESPAL, 1985.
- LIMA, Venício Artur de. *Comunicação e cultura: as ideias de Paulo Freire*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Fundação Perseu Abramo, 2015.
- MARTINEZ, Mônica. *Reflexões sobre jornalismo e história oral: um campo com mais convergências do que dissonâncias*. Revista Observatório, Palmas, v. 2, n. 1, p. 76-91, jan./abr. 2016.
- MARTINEZ, Mônica. *A jornada do herói: a estrutura narrativa mítica na construção de histórias de vida em jornalismo*. São Paulo: Annablume, 2008.
- MILLS, Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- PERAZZO, Priscila. *Narrativas orais de histórias de vida*. Comunicação e inovação, São Caetano do Sul, v. 16, n. 30, p. 121-131, jan./abr. 2015.
- PEREIRA, Augusto. *Resistência Descolonial: Estratégias e táticas territoriais*. Revista Terra Livre, v. 2, n. 43, 2014.
- PERUZZO, Círcia M. Krohling. *Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço*. Revista Galáxia, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009.

- PINEAU, Gaston; LE GRAND, Jean-Louis. *Histórias de vida*. Natal: EDUFRN, 2012.
- PINEAU, Gaston. *As histórias de vida em formação: gênese de uma corrente de pesquisa-ação-formação existencial*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 329-343, maio/ago., 2006.
- RIBEIRO, Tarcyła Fidalgo. *Gentrificação: aspectos conceituais e práticos de sua verificação no Brasil*. Revista de direito da cidade, n. 3, vol. 10, p. 1334-1356, mar. 2018.
- ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- RODRIGUES NETO, Edmundo Ximenes; LIMA, Antônia Jesuíta. *Grandes Projetos Urbanísticos e Governança Urbana: análise do Programa Lagoas do Norte (PLN), em Teresina-PI*. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 197-213, jan./jul. 2018.
- SILVA, Aline; BARROS, Carolyne; NOGUEIRA, Maria Luísa; BARROS, Vanessa. *Conte-me sua história: reflexões sobre o método de história de vida*. Mosaico: Estudos em Psicologia, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 25-35, 2007.
- SODRÉ, Muniz. *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- SODRÉ, Muniz. *A ciência do comum: notas para o método comunicacional*. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.
- SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: A forma social negro-brasileira*. Rio de Janeiro: Imago; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.
- TERESINA. Prefeitura Municipal de Teresina. Secretaria Municipal de Planejamento. *Programa Lagoas do Norte: Marco de Reassentamento Involuntário das Famílias e Imóveis Afetados pela Implantação da 2ª Fase do PLN*. Teresina: SEMPLAN, 2014.
- THOMPSON, Paul. História oral: patrimônio do passado e espírito do futuro. In: WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez. *História falada: memória, rede e mudança social*. São Paulo: SESC SP; Museu da Pessoa e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p. 19-43.
- VARÃO, Lorena Lima Moura; REGO, Natasha Karenina de Sousa. *Impactos do Programa Lagoas do Norte na Av. Boa Esperança em Teresina-PI*. In: XXVI Encontro Nacional do CONPEDI, Brasília, 2017.
- VILLANUEVA, Erick Torrico. *La rehumanización, sentido último de la decolonización comunicacional*. Revista Aportes, Madrid, n. 23, p. 31-38, dez. 2017.
- WALSH, Catherine. Lo pedagógico y lo decolonial: Entretejiendo caminos. In: WALSH, Catherine. *Pedagogias decoloniais: Práticas insurgentes de resistir, (re) existir e (re) vivir*. Tomo I. Quito: Ediciones Abya Yala, 2013. p. 13-68.

REFERÊNCIAS VIDEOGRÁFICAS

SEU SERAPIÃO. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jM-xmeo1qtQ>. Acesso em: 05 abr. 2021

DONA ROSA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kOCWiSuc5sw&t=2s>. Acesso em: 05 abr. 2021.

RAIMUNDO SILVA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4N-9kFKkcAU&t=66s>. Acesso em: 05 abr. 2021.

-
- [1] Trabalho apresentado no 30º Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação (COMPÓS).
 - [2] Disponível em: <https://ocorrediariorio.com/>. Acesso em: 05 mar. 2021.
 - [3] Disponível em: <https://www.museudaboaesperanca.org/>. Acesso em: 05 mar. 2021.